

Greve Climática: não há planeta B!

Depois de uma primeira greve climática com tanta participação, já imaginávamos imensamente difícil a tarefa que tínhamos a nosso cargo, de tentarmos que todo o movimento não perdesse ímpeto.

Em Braga, fizemos palestras nas escolas, ações de sensibilização, publicidade nas redes sociais, etc., para garantir o sucesso e que a informação chegasse a toda a gente que haveria uma outra greve a chegar.

A greve, que decorreu a 24 de Maio, uma altura de imensa pressão nos estudantes por causa de ser o final de período/semestre, nem por isso perdeu a sua força. Contamos com menos participantes, é verdade, mas o que foram gritaram o dobro. Isto porque tiveram que sacrificar um dia importantíssimo de aulas numa fase crucial da escola/universidade, o que demonstra ainda mais o empenho de uma geração para forçar a resolução da maior crise de todos os tempos.

Fomos às escolas para acompanhar quem quisesse vir connosco até à Praça da República e, depois de todos lá concentrados, marchamos até às portas da Câmara Municipal.

Lemos o nosso novo manifesto, atualizado recentemente. Nele podemos encontrar algumas das seguintes exigências: a proibição da exploração de combustíveis fósseis em Portugal e cancelamento de todas as concessões existentes, incluindo os contratos na Batalha, em Pombal e o projeto do gasoduto de Guarda até Bragança; Fechar as centrais termoelétricas de Sines e do Pego, que são ainda movidas a carvão, com a devida requalificação dos trabalhadores para empregos para o clima.

Outra medida é a seguinte: 100% renováveis até 2030.

Para que se possa fechar as centrais de Sines e do Pego, é necessário assegurar que a energia renovável consiga substituir o uso de energias fósseis. É então necessário investir largamente nas energias renováveis, em particular na solar e criar políticas que promovam a eficiência energética, de modo a que até 2030 o país seja alimentado por energias renováveis. Para a concretização desta meta é também necessário criar empregos para o clima, dando prioridade aos

trabalhadores de indústrias poluentes, para que se possa criar emprego público digno e estável em setores estratégicos para reduzir os gases com efeito de estufa na atmosfera.

Consideramos estas como alterações que têm que ser feitas URGENTEMENTE, para evitar uma catástrofe climática, tal como a neutralidade carbónica até 2030: Reconhecemos o quão ambiciosa esta medida é, mas sabemos também que é possível: falta apenas uma enorme vontade política. Para que isto aconteça, é absolutamente necessário que se aposte na investigação científica e no desenvolvimento tecnológico para que a nossa indústria consiga transitar de meios de produção poluentes e nocivos, para energia e produção limpa. É também necessário a valorização do território, com uma aposta séria na gestão eficiente e sustentável da floresta, valorizando ações de reflorestação com espécies autóctones.

Continuamos com força e com a crença de que a intervenção governamental é extremamente necessária, e fazemos por ser ouvidos.

Muito caminho falta, mas de uma coisa pode o mundo ter a certeza: dada a emergência da situação, vão continuar a ouvir-nos, quer queiram, quer não.

Adriana Remelhe e Luís Cruz